
REVISTA

CERES

DIRETORES

Prof. Gladstone A. Drummond
Prof. Arlindo P. Gonçalves
Prof. Manuel da Costa Lana
Prof. Erly Brandão
Prof. Paulo T. Alvim Carneiro

Novembro - Dezembro - 1945

VOL. VI

N. 36

VIÇOSA — MINAS

Caixa postal, 4 — ESAV — E. F. Leopoldina

CRÉDITO AGRÍCOLA

EDSON POTSCHE MAGALHÃES, M. S. (*)

O crédito agrícola é, não há negar, um dos mais sérios problemas econômicos da agricultura brasileira. A importância do problema e o desejo de resolvê-lo têm sido discutidos desde o Império, a despeito de constituir o crédito agrícola quase que um mito para o Brasil. Não se pretende negar que alguma coisa já se tenha conseguido em tal terreno. Antes pelo contrário. O que se tem feito, todavia, em relação às necessidades da agricultura brasileira e à capacidade do país, é muito pouco. Falou-se, escreveu-se e discutiu-se muito mas realizou-se pouco, muito pouco.

O propósito deste trabalho é menos o de considerações gerais em torno das necessidades do crédito agrícola — auxiliar da produção de primeira grandeza — e de sua importância no complexo dos problemas da agricultura nacional, mas o de um exame de certos aspectos do problema de financiamento agrícola e de algumas pesquisas necessárias de serem conduzidas, se se pretende resolver um problema decisivo em bases seguras.

Estudando ou observando os que exploram a terra, agricolamente, vê-se que de um modo geral há três grupos de fazendeiros.

Primeiro, há os fazendeiros ricos, possuidores de grandes fazendas de criação ou de café com algumas atividades complementares. Sendo ricos, geralmente não dependem de crédito para as suas atividades agrícolas. Se, todavia, por alguma razão necessitam de recursos para alargamento de

(*) Agrônomo, Prof. do Departamento de Economia Rural.

suas terras ou equipamento, certamente não lhes faltam facilidades creditórias. Não é para esses, conseqüentemente, que o crédito agrícola constitui problema sério.

O segundo grupo é representado pelos proprietários de fazendas médias. Não são ricos e têm apenas conseguido manter-se em uma mesma posição econômica, sem melhoramento, por anos e anos. As facilidades de crédito para os de tal grupo não são tão prontas quanto para os do primeiro grupo.

Finalmente vem o terceiro grupo que é constituído pelos pequenos proprietários e que decisivamente precisam de financiamento para operar suas fazendas ou sítios. As propriedades são pequenas e há quase que completa carência de equipamento.

Relativamente às facilidades de crédito alguns pontos característicos devem ser discutidos :

1. Pequeno número de agência de crédito;
2. Altas taxas de juros e empréstimos a curto prazo;
3. Dispendiosa burocracia;
4. Atitude dos fazendeiros e financiadores.

Pequeno número de Agências de Crédito.

A concessão de facilidades de crédito aos nossos agricultores vem sendo discutida pelo governo desde 1864, mas até recentemente sem qualquer decisão prática no estabelecimento das instalações necessárias. Finalmente, em 1938, alguma coisa foi feita nesse terreno com a criação da Carteira de Crédito Agrícola e Industrial do Banco do Brasil.

Infelizmente essa agência de crédito ainda se encontra inteiramente ligada com o crédito industrial, que é sempre mais fácil de ser obtido. A carteira é um ramo do Banco do Brasil e não uma instalação independente. Justiça é reconhecer que, a despeito de certos erros, como os financiamento do gado zebú e do algodão — caso Borghi — grandes benefícios têm sido prestados pela carteira (*).

Os quadros abaixo, mostrando a distribuição regional do crédito agrícola no Brasil e as percentagens, por região, dão sugestiva indicação do trabalho desenvolvido pela carteira do Banco do Brasil de 1938 a 1941.

(*) Brasil, 1943. Ministério das Relações Exteriores, p. 212 - 213.

Distribuição Regional de Crédito Agrícola no Brasil.

NÚMERO DE EMPRÉSTIMOS.

ESTADOS.	1938	1939	1940	1941	1938-1941.
Norte:					
Amazonas e Pará	--	--	1	1	2
Nordeste (Oeste)					
Maranhão e Piauí	--	1	2	2	5
Nordeste (Este)					
Ceará, R. G. do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas	31	58	56	68	213
Este (Norte)					
Sergipe e Baía.	--	1	30	43	74
Este (Sul)					
Minas Gerais, Espírito Santo, Rio de Janeiro e Distrito Federal.	4	27	72	136	239
Sul:					
São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul	45	147	228	393	813
Meio-Oeste					
Goiás e Mato Grosso	--	2	19	33	54
Brasil	80	236	408	676	1400

PERCENTAGENS.

REGIÕES	1938	1939	1940	1941	1938-1941.
Norte	--	--	--	--	--
Nordeste					
Oeste	--	--	--	--	--
Este	39%	25%	14%	10%	15%
Este					
Norte	--	--	7%	7%	6%
Sul.	5%	11%	18%	20%	17%
Sul	56%	63%	56%	58%	58%
Meio-Oeste.	--	1%	5%	5%	4%
Brasil	100%	100%	100%	100%	100%

Do crédito concedido, 38 por cento foram para criadores; 20 por cento para fazendeiros de café; 14 por cento

para cultivadores de cana de açúcar; 12 por cento para produtores de arroz e menores porcentagens para outros misteres.

Em 1938 e 1939 os empréstimos a agricultores foram quase desprezíveis. Em 1940, contudo, 175 milhões de cruzeiros foram emprestados e em 1941 os empréstimos montaram a 307 milhões de cruzeiros.

Para se ter melhor idéia acêrca da distribuição de crédito por produtos seguem-se dois outros quadros:

Crédito Agrícola por produtos

(Milhões de cruzeiros)

Produtos	1938	1939	1940	1941	1938-1941
Café	31	74	72	99	276
Arroz	6	31	41	82	162
Algodão	8	19	41	81	149
Cana de açúcar	25	55	53	64	197
Mandioca	1	5	8	11	25
Frutas	4	5	6	7	22
Cacau	—	—	1	4	5
Linhaça	—	—	—	2	2
Milho	—	—	2	1	3
Batatas	—	—	—	1	1
Carnaúba	—	—	—	1	1
Gado	5	40	175	307	527
Outros produtos.	—	7	9	14	30
Total	80	236	408	676	1400

PERCENTAGENS

	1938	1939	1940	1941	1938-1941
Café	39%	32%	18%	15%	20%
Arroz	8%	13%	10%	12%	12%
Algodão	10%	8%	10%	12%	10%
Cana de açúcar	31%	23%	13%	10%	14%
Mandioca	1%	2%	2%	2%	2%
Frutas	5%	2%	1%	1%	2%
Cacau	—	—	—	—	—
Linhaça	—	—	—	—	—
Milho	—	—	—	—	—
Batatas	—	—	—	—	—
Carnaúba	—	—	—	—	—
Gado	6%	17%	44%	46%	38%
Outros produtos	—	3%	2%	2%	2%
Total	100%	100%	100%	100%	100%

Os quadros apresentados revelam o trabalho da Carteira de Crédito Agrícola do Banco do Brasil. Embora apreciável, vê-se que é extremamente insuficiente para as reais necessidades da agricultura. As agências são em número muito reduzido, situando-se apenas nas grandes cidades. Existem outros Bancos, não há dúvida, mas nenhum realmente especializado. O Banco Mineiro da Produção, por exemplo, que é um dos que mais bem atendem às necessidades dos municípios em que se encontra, trabalha ativamente em outros setores que não o agrícola.

Promete o atual governo criar o Banco Rural. Será um grande passo para a solução do problema mas, convém frisar que a disseminação de agências por todos os municípios, e até mesmo em alguns distritos, é de considerável importância para atender às prementes necessidades dos agricultores.

Sendo em pequeno número, as agências de crédito tendem a se concentrar nas grandes cidades, o que determina principalmente dois indesejáveis resultados: primeiro, as fazendas ficam muito distantes das agências de crédito e segundo, os fazendeiros (usualmente a maior porcentagem) não gostam de viajar grandes distâncias para ir a cidades que lhes são pouco familiares.

Disseminação intensa de agências para financiamento agrícola, agências de fato especializadas e não para toda sorte de crédito, constitui um dos imediatos trabalhos a se desenvolverem no campo do crédito agrícola.

Altas Taxas de Juros e Empréstimos a Curto Prazo

As altas taxas de juros, comumente cobradas nas transações bancárias, impedem que os fazendeiros façam mais amplo uso do crédito agrícola, pois, os lucros provenientes da agricultura não suportam financiamentos a juros tão elevados. A taxa de juros máxima, legal, é de 12% e, a não ser o caso da Carteira de Crédito Agrícola do Banco do Brasil, do Banco Mineiro da Produção e poucas outras agências mais, é a taxa usual em todo o país. Mesmo no caso do Banco do Brasil e outros que financiam a agricultura há uma dispendiosa burocracia que forçosamente precisa ser tomada em consideração no cômputo exato dos juros cobrados, o que aliás acresce significativamente a taxa que o Banco realmente cobra.

Os empréstimos agrícolas a curto prazo não entusiasмам os fazendeiros porque eles se vêem obrigados a ven-

der os seus produtos, tão cedo as culturas são colhidas ou os animais se encontrem em condições de mercado. Muitas vezes, e isto é o mais comum, não é a época da colheita a mais própria para a comercialização dos produtos agrícolas, pois, êsse é o período em que os preços são mais baixos.

A falta de crédito agrícola a longo prazo torna difícil aos fazendeiros fazerem melhoramentos como : introdução de maquinária agrícola, reprodutores de valor, construções, drenagem e irrigação.

Um desejável melhoramento das nossas propriedades agrícolas não é provável que se verifique a menos que facilidades de empréstimos a longo prazo sejam concedidas. E tal melhoramento se faz imprescindível se se deseja maior eficiência das nossas fazendas.

Dispendiosa Burocracia

Já se disse que uma dispendiosa burocracia torna a taxa de juros mais alta do que é realmente cobrada pelas agências de crédito.

Empréstimos são geralmente concedidos com garantias da propriedade ou mesmo das produções financiadas. De qualquer modo faz-se necessário uma avaliação do que vai ser dado como garantia do financiamento. Como já foi dito, do pequeno número de agências de crédito resulta que as fazendas em maior número se encontrem distantes. A falta de facilidades de transporte e as grandes distâncias tornam as avaliações mais dispendiosas, principalmente nas transações com o Banco do Brasil. Além das despesas com avaliação há contratos, selos e registro em cartório. Essa dispendiosa burocracia eleva, muitas vezes, uma taxa de 7 por cento, por exemplo, a mais de 14 por cento. Esta é uma desalentadora situação e, como os exemplos são incontáveis, é natural que se incline a acreditar que o crédito agrícola nas condições presentes não é satisfatório.

Atitudes dos Fazendeiros e Financiadores

Para evitar o trabalho de ir a cidades distantes e a custosa burocracia, o fazendeiro muitas vezes se inclina a obter financiamento de comerciantes, pagando mesmo mais alta taxa de juros. Isto é um problema real e complexo no qual a educação tem grande influência. Os comerciantes que se localizam em toda parte fornecem a maior parte das cousas de que a fazenda precisa, inclusive dinheiro, mas nunca o

bastante para permitir significativos melhoramentos na fazenda. São conhecidos casos de muitos comerciantes que se enriqueceram como financiadores de fazendas. E' curioso que não se verifique competição entre financiadores ou, pelo menos, se existe é num grau muito pequeno. Conquistada a confiança do fazendeiro, o financiador não a perde facilmente. Financiando e emprestando a juros mais altos do que os Bancos e sem custosa burocracia, os comerciantes vão fazendo excelente trabalho para si mesmos. Emprestando dinheiro e fornecendo utilidades diversas, os comerciantes geralmente têm preferência na compra das utilidades agrícolas produzidas pelos fazendeiros a preços especiais, usualmente mais baixos do que os preços correntes no mercado.

Considerações Finais

Parece bastante claro que as condições do crédito agrícola no Brasil não são satisfatórias. E' justo que se espere, entretanto, que êsse indesejável estado de cousas seja substituído por outro que atenda às reais necessidades do país. Para isto é definitivamente necessário terminar com as comuns práticas bancárias, seguidas tanto pelos bancos nacionais como estrangeiros de conceder empréstimos sem ter em consideração o uso a que êle se destina. O banqueiro, dentro de tal tradição, baseia a sua decisão meramente no elemento propriedade que o cliente apresenta como segurança material para a operação de crédito.

O crédito agrícola deve ser considerado em seus mais amplos aspectos e não em sentido estreito como costumeiramente. Não é bastante ter facilidade de crédito para financiar certos tipos de cultura ou pecuária. Antes de mais nada é necessário saber o que seja crédito agrícola afim de que êle possa ser aplicado.

Afim de se entender bem o que seja crédito agrícola pode-se apresentar a seguinte classificação:

1. Crédito estendido para compra, melhoramento ou renda de propriedades rurais.
2. Crédito estendido para compra ou renda de equipamentos agrícolas inclusive gado.
3. Crédito estendido para despesas correntes nas fazendas, tais como compra de alimentos e suprimentos, pagamento de trabalho assalariado, pagamento de impostos, etc.
4. Crédito estendido para o preparo, armazenamento e comercialização dos produtos agrícolas.

5. Crédito estendido aos fazendeiros para a manutenção de si mesmos e suas famílias e para a compra de artigos de uso familiar não essencial à condução da propriedade.

Não deve haver qualquer dúvida acêrca da significação do crédito agrícola e, assim, para repetir, não é bastante que facilidades creditórias sejam concedidas para financiar algumas culturas ou criações. Crédito, no que diz respeito às necessidades dos agricultores, deve ser considerado em seus mais amplos aspectos como foi anteriormente diferenciado. Compra de produtores de pedigree, animais para engorda, máquinas e adubos, serviços de irrigação e drenagem são apenas alguns aspectos do crédito agrícola.

Pesquisas em Crédito Agrícola

Um sadio programa de pesquisas deve preceder qualquer tentativa para resolver problemas econômicos se se deseja tê-los resolvidos de maneira eficiente e satisfatória. Se o crédito agrícola, como foi assinalado anteriormente, é um dos mais importantes problemas da economia rural brasileira, um programa de pesquisas se faz necessário para apresentar um quadro real da situação.

O pequeno número de agências de crédito e o baixo nível de atividades concernentes tornam fácil o trabalho de pesquisas, pelo menos em parte.

Dois tipos de estudos devem ser conduzidos, primeiramente :

1. Mostrar com apreciável grau de exatidão a situação atual do crédito agrícola no país. Esse estudo seria a base sobre a qual outros seriam conduzidos.

2. Estudar o financiamento concedido aos agricultores pelos comerciantes. Esse estudo poderia ser incluído no primeiro, mas devido à sua significação, melhor seria empreendê-lo separadamente.

O primeiro estudo — mostrar com apreciável exatidão a real situação do crédito agrícola no país — envolve :

- a) Relacionar as agências de crédito agrícola ou agências que financiam a agricultura.
- b) Classificar e descrever os tipos de crédito agrícola usados.
- c) Mostrar a importância relativa das várias agências de crédito e como elas financiam na mobilização e concessão de crédito para fins agrícolas.
- d) Mostrar a tendência dos empréstimos por tipos e por fontes

- e) Indicar o lugar de cada agência emprestadora na indústria creditória nacional.
- f) Analisar as relações das regiões estudadas com outras regiões, especialmente com relação aos centros financeiros.
- g) Indicar, brevemente, as trocas ocorridas nas agências de crédito servindo o país.

Para conhecer melhor a real situação do crédito agrícola no país é necessário incluir os seguintes pontos.:

- a) Quais são realmente os agricultores que necessitam de facilidades de crédito ?
- b) Quanto precisam eles para iniciar razoável melhoramento de suas propriedades ?
- c) Quais são as possibilidades de se aumentar o número das agências de crédito agrícola ?
- d) Em que melhoramentos os fazendeiros estão interessados e que melhoramentos devem eles introduzir ?
- e) Qual seria o aumento de produção com uma certa soma de crédito conseguido ?
- f) Como liquidam os fazendeiros os seus débitos ?

Em virtude do pequeno número de agências de crédito parece claro que o maior número possível de dados deve ser obtido, para o primeiro trabalho. Já para o segundo a técnica de amostras se faz necessária, por ser praticamente impossível investigar todos aqueles que financiam os agricultores.

Métodos

Relativamente a métodos de análises deve-se ter em conta que a maioria dos projetos de tal sorte envolve considerável descrição, mas a descrição pode variar largamente em qualidade. Deve-se lembrar que descrições completas são de extraordinário valor em tais estudos.

Algumas das principais análises a serem feitas são as seguintes :

- a) Volume total de débitos de cada tipo.
- b) Proporção de empréstimos (1) para terra e edifícios e (2) para propriedade pessoal.
- c) Taxa de juros em relação a, (1) tipo e valor do penhor, (2) tamanho e espécie de empréstimo, (3) ano em que os empréstimos foram concedidos, (4) áreas geográficas, (5) métodos de pagamento e (6) fonte de empréstimo.

- d) Custo de outras despesas, que dão juros, para os que solicitam empréstimos.
- e) Prazos dos empréstimos.
- f) Métodos de pagamento.

Adicional consideração das informações obtidas incluirá a apresentação de concisa e detalhada descrição do trabalho das várias agências, as leis que as regem, as limitações legais às suas atividades, etc.

Para estudar o crédito concedido aos fazendeiros pelos comerciantes, financiadores, alguns objetivos devem ser tornados claros. Os principais objetivos de tal estudo são:

- a) Averiguar até que extensão o crédito agrícola é fornecido por comerciantes.
- b) Saber como tal crédito é usado, e que taxas de juros são realmente pagas.
- c) Analisar os riscos envolvidos em tais empréstimos e variações dos mesmos com diferentes tipos e classes de fazendeiros e mesmo variações individuais.
- d) Descobrir as relações do crédito de armazéns para o tipo de agricultura, grau de desenvolvimento da área, nacionalidade, raça, arrendamento de terras, idade dos solicitadores de empréstimo, etc.
- e) Determinar até que extensão tal crédito pode ser vantajosamente provido por outras agências.

Ainda, estudos devem ser feitos para determinar as necessidades financeiras das fazendas e o melhor meio para fazer face a tais despesas, considerando tipos de agricultura, tamanho das propriedades, máquinas, drenagem, irrigação, construções, etc.

Fontes de dados

As principais fontes de dados para pesquisas em crédito agrícola serão:

- a) Ampla investigação em todas as zonas do país.
- b) Estatísticas federais e estaduais.
- a) Relatórios de bancos e cooperativas de crédito.